



A batalha de Netanyahu com a justiça que está a parar Israel





O primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, e aquele que é considerado o governo mais à direita no país estão em guerra para concretizarem uma reforma legislativa que lhes dê maior controlo sobre o sistema judicial, mas enfrentam manifestações nas ruas e a crítica da generalidade dos sectores da sociedade. O processo parou, para dar lugar ao diálogo, mas o político com mais anos a liderar Israel promete que não vai desistir. Até porque está a ser julgado em três processos

O primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, foi obrigado a atrasar o processo da reforma do sistema judicial que confere mais poderes ao Governo, forçado pelas manifestações nas ruas, sem precedentes na última década, por declarações do Presidente da República, pelos próprios parceiros na coligação governamental, pelos partidos da oposição e por personalidades como o próprio advogado que o defende de acusações de corrupção, fraude e quebra de confiança enquanto no exercício do cargo, que desempenha pela sexta vez.

Os protestos têm aumentado de intensidade desde a apresentação da reforma, em Janeiro, tendo levado à concentração de mais de 200 mil em Telavive, na semana passada, a quinta consecutiva, verificando-se manifestações nas principais cidades do país – em Jerusalém, Haifa ou Beer Sheva, além da capital do país –, juntando mais de 600 mil pessoas, segundo reporta a imprensa local, e registando-se episódios de cortes de estradas.

“Estas reformas judiciais representam, mesmo antes de considerarmos o seu conteúdo substantivo, uma não prevista e muito surpreendente reacção social, que nunca ocorreu por questões sensíveis como a dos colonatos e das relações com a Palestina e que acaba por acontecer devido a modificações técnicas do sistema judicial”, diz ao NOVO André Matos, professor e coordenador da licenciatura em Relações Internacionais da Universidade Portucalense. “É inesperada tanto pela origem do descontentamento como pela extensão e violência das reacções”, aponta. “Em causa, eu diria, está a sustentabilidade e o futuro do regime democrático em Israel e, portanto, estas manifestações revelam uma certa maturidade democrática da sociedade israelita, num momento de particular ameaça à qualidade deste regime”, acrescenta.

As reacções contrárias à reforma atingiram o auge quando o ministro da Defesa, Yoav Gallant, antigo general e personalidade influente no Likud, de Benjamin Netanyahu, pediu a suspensão do processo de reforma judicial, alegando risco para a segurança do Estado perante o aumento da contestação popular, o que levou o

primeiro-ministro a demiti-lo, fazendo aumentar a contestação nas ruas.

De seguida, o Presidente de Israel, Isaac Herzog, pediu que o processo legislativo da reforma judicial fosse cancelado, “de imediato”. “Toda a nação está profundamente preocupada. A nossa segurança, economia, sociedade – todos estão sob ameaça”, alertou Herzog. “Acorda agora!”, instou, em comunicado.

As universidades de todo o país fecharam em protesto, “até nova ordem”, os sindicatos convocaram uma greve geral e foi noticiado que o advogado Boaz Ben Zur, que defende Netanyahu no que é considerado o mais grave dos casos em que está a ser julgado, ameaçou deixar de o representar se a reforma judicial for aprovada.

Até o Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, pediu a Netanyahu para retroceder na proposta de reforma, obtendo como resposta que Israel não aceita interferências externas, “mesmo do melhor dos amigos”.

Atrasar, mas avançando

Acantonado, e depois de conferenciar com os parceiros de coligação, Benjamin Netanyahu anunciou o adiamento do processo de aprovação da reforma do sistema judicial para a próxima sessão parlamentar, que deverá acontecer após as celebrações da Páscoa, que decorrem entre 5 e 13 de Abril, o que foi aplaudido pelo Presidente da República e levou a Histadrut, principal central sindical israelita, a cancelar a convocação da greve geral.

No discurso ao país, transmitido pela televisão, num momento em que competiam, nas ruas, manifestantes contra e a favor da acção do Governo, o primeiro-ministro disse esperar que a pausa no processo legislativo seja um momento de diálogo aberto e pediu que fosse feita “uma tentativa para alcançar um amplo consenso”, parecendo ceder à oposição, mas também acalmando os partidos da coligação, que começaram a recear as repercussões da contestação.

“É uma crise que testa a coligação e, acima de tudo, a sua capacidade de adaptação a uma reacção inesperada dos cidadãos. Tudo dependerá de como a coligação reagir nas próximas semanas. Em termos eleitorais, o próximo momento de participação directa dos eleitores irá reflectir.

TEXTO

Ricardo Santos Ferreira





Três processos com acusações de corrupção, fraude e quebra de confiança

■ Benjamin Netanyahu está a ser julgado em três processos judiciais distintos, enfrentando acusações de corrupção, fraude e quebra de confiança enquanto ocupava o cargo de primeiro-ministro – é a pessoa que mais tempo ocupou o cargo e está a chefiar o Governo pela sexta vez. Nega qualquer irregularidade e acusa que as alegações foram fabricadas para servirem um golpe político liderado pela polícia e pela procuradora. No primeiro caso, designado de 1.000, Netanyahu é acusado de ter recebido cerca de 300 mil dólares (cerca de 275 mil euros) em presentes, entre 2007 e 2016, do produtor de Hollywood Annon Milchan e do bilionário australiano James Packer, em troca de agir na defesa de interesses de Milchan.

No caso 2.000, Netanyahu é acusado de ter discutido um acordo com Annon Mozes, editor do Yediot Aharonot, um dos principais jornais de Israel, em que consideraria promulgar legislação que limitaria o concorrente Israel Hayom, em troca de apoio. No caso 4.000, considerado o mais grave, Netanyahu é acusado de avançar com decisões regulatórias para o sector das comunicações que beneficiaram Shaul Elovitch, que controlava a Bezeq, a maior empresa de telecomunicações do país, apesar da oposição de funcionários do Ministério das Comunicações. Em troca terá recebido o controlo editorial do site de notícias Walla, de Elovitch.



sem dúvida, o impacto destas decisões", diz André Matos.

"Quando há uma oportunidade de evitar a guerra civil por meio do diálogo, eu, como primeiro-ministro, estou a dar tempo ao diálogo", afirmou Netanyahu.

Apesar de muitos analistas verem o adiamento como um recuo, André Matos diz ao NOVO que pode ser para analisar e refazer a tática. "Neste momento, a reacção é mais cautelosa – que pode ser vista como um retrocesso ou, pelo menos, um desacelerar destas modificações –, uma vez que Netanyahu não anteviu esta reacção e, portanto, o risco de que esta resultasse em consequências mais definitivas para o seu executivo", diz. "[É] um recuo estratégico para um reposicionamento – cujas novas fronteiras ou decisões ainda desconhecemos", explica.

Facto é que, horas depois do anúncio do adiamento feito pelo primeiro-ministro, a coligação governamental entregava no Knesset, o Parlamento israelita, a legislação relativa à reforma do sistema judicial, que os especialistas dizem estar preparada para ser aprovada num único dia, assim que os

As manifestações contra a reforma do sistema judicial decorrem há cinco semanas consecutivas, nas principais cidades de Israel, juntando mais de 600 mil pessoas nas ruas num único dia

trabalhos forem retomados, o que levantou críticas da oposição.

O Likud foi o partido mais votado nas legislativas de 1 de Novembro de 2022, tendo Netanyahu feito uma coligação para voltar ao poder como primeiro-ministro daquele que é visto pelos analistas como o governo mais à direita no país. O Likud tem 32 mandatos no Knesset, os dois partidos religiosos ortodoxos aliados obtiveram 18 e a aliança ultranacionalista de extrema-direita Sionismo Religioso, 14; esta última foi a força que mais defendeu a necessidade de reforma judicial. São 64 deputados, mais três do que a maioria absoluta, que rapidamente pode aprovar a reforma judicial.

Juizes em causa

A reforma do sistema judicial é uma ambição antiga dos partidos da direita e a proposta apresentada para aprovação parlamentar dá ao Governo última palavra sobre todas as nomeações judiciais, permite ao Knesset anular decisões do Supremo Tribunal e limita a possibilidade de revisão judicial das leis aprovadas pelos deputados.

O Supremo Tribunal é formado por 15 juizes, nomeados pelo Pre-

sidente de Israel depois de seleccionados por um comité judicial. "Entre as modificações [propostas] estão questões bastante cirúrgicas enquanto mudança pragmática, mas, simbolicamente, em termos de equilíbrios interinstitucionais, muito significativas, como o processo de nomeação de juizes para o Supremo Tribunal", considera André Matos.

Netanyahu e aliados defendem que a reforma proposta vai devolver o equilíbrio entre os ramos judicial e executivo e controlar o Supremo Tribunal, que consideram ser um tribunal intervencionista com tendências de esquerda; mas os críticos advertem que o novo pacote legislativo vai degradar o sistema de controlos e de equilíbrios de Israel e concentrar o poder nas mãos do Governo, numa altura em que Benjamin Netanyahu está a ser julgado por corrupção, fraude e quebra de confiança (ver texto nestas páginas), o que levou a críticas de que esta é uma reforma feita à medida.

Certo é que, da mesma maneira que o processo legislativo não parou, também a contestação se prepara para prosseguir, assim que aquele seja reatado.



André Matos
Professor de Relações Internacionais da Universidade Portucalense